Ramos, Aidyl M. de Queiroz Pérez. *Influência dos processos de identificação e de integração social na personalidade do retardado mental.* Tese para docência-livre. Assis, São Paulo, 1978 (defendida em julho de 1978).

Trata-se de excelente trabalho com o qual a autora se habilitou à livre-docência em psicologia no Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (São Paulo), concurso em que se houve com brilhantismo. A publicação consta de uma apresentação do tema e de sua importância nos dias de hoje, tendo em vista, particularmente, a proclamação dos direitos das pessoas com retardamento mental, aprovada pelas Nações Unidas, mais tarde estendida às pessoas com outros tipos de deficiências. Foi inspirada nos postulados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Declaração dos Direitos da Criança; nos acordos e resoluções da OIT, Unesco, OMS, Unicef; nas determinações do Conselho Econômico e Social da ONU (1976) e consubstanciada na *Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências*, cujos itens a autora especifica detalhadamente.

A identificação do retardo mental e sua integração social tornam-se os pilares essenciais em que se apóia todo processo de reabilitação dessas pessoas, que tem início com a identificação e termina com a integração, nas perspectivas médico-social e educacionais.

O trabalho contém seis capítulos, seguidos de bibliografia, os quais são intitulados:

1. Considerações sobre o conceito e classificação do retardado mental.
2. Apreciações sobre diagnóstico e suas técnicas.
3. Implicações derivadas da terminologia.
4. Rótulos ou etiquetas na identificação do retardo mental.
5. Tendências atuais sobre a integração social do retardado mental.
6. Conclusões e delineamentos para um programa de ação.

No capítulo 1, a autora passa em revista as diversas definições do retardamento mental; discute a definição da American Association of Mental Deficiency, que aprova a tendência para o pólo psicossocial e orienta a maioria dos trabalhos mais recentes, e defende a das organizações internacionais que lidam com o problema.

Analisar os vários sistemas classificatórios em que os modelos *médio comportamental e educacional*, um complementando o outro, são o fundamento da distribuição das categorias de retardamento e da atuação a ser exercitada no combate à deficiência mental.

No capítulo 2, são apreciados o diagnóstico, as principais técnicas e critérios utilizados: o psicométrico, o desenvolvimentista, o das habilidades para aprender e o do ajustamento social.

No capítulo 3, são estudadas as implicações terminológicas, em particular as relativas ao desgaste dos termos que vêm sendo de há muito utilizados na discussão do assunto (débil mental, imbecil, idiota, excepcional, desviante, desenvolvimento atípico, retardado, etc.), e os eufemismos e tabus lingüísticos derivados das tentativas de suavizar as cargas semânticas e os estigmas que impregnam cada termo, bem como os efeitos sobre o indivíduo deficiente, sua família e o ambiente que o circunda.

O capítulo 4, trata da identificação do retardamento por meio de rótulos e etiquetas de origem médica e social (o *status* social) e suas repercussões psicológicas sobre o retardado.

No capítulo 5, a autora acentua a tendência atual para as medidas de integração social do retardado e o aproveitamento de todas as suas potencialidades, por meio da utilização de recursos da comunidade e tendo em vista também os princípios oriundos da teoria da *normalização* e do movimento da corrente principal (*mainstreaming*). Alguns princípios, como o da similaridade, da socialização, da especialização, da continuidade e da integração, são utilizados na tarefa da *normalização* do deficiente, à luz da psicologia social e da psicologia clínica. No processo de integração do deficiente à sociedade, à família e à escola, aparece a *mainstream* como nova e importante dimensão, pela qual são abrangidos todos os membros de um sistema social, oferecendo a todos eles as mesmas oportunidades de desenvolvimento.

Resultam dessa corrente de ação modelos de ensino adequados e eficazes e diretrizes para a elaboração de currículos educacionais que favoreçam a auto-realização, o relacionamento humano, a independência pessoal e a responsabilidade. A idéia básica é a de que o currículo incida sobre o educando, dinamizando-o no sentido de incentivar o amadurecimento, melhorar o nível de ajustamento e desenvolver formas de conduta socialmente aceitáveis.

Módulos de trabalho e *unidades de trabalho* são procedimentos médico-pedagógicos apropriados, os primeiros, a estabelecer uma unidade de tempo ótimo no qual o retardado *educável* aprende e rende em nível progressivamente satisfatório (prevendo, assim, o tempo ideal durante o qual os educandos retardados, em suas respectivas faixas etárias, podem-se dedicar com êxito a uma determinada tarefa escolar). As unidades de trabalho são áreas estruturadas de aprendizagem que se inter-relacionam em seu conteúdo, e cuja dinâmica converge para o mesmo objetivo.

No conteúdo programático é preciso considerar as tendências integradora e individualizadora, previstas na *normalização* e na *mainstreaming*. A seguir, a autora considera as características que definem um eficiente programa de avaliação escolar, a partir das idéias de Lindgren.

No capítulo 6, seguem-se as conclusões e delineamentos para um programa de ação, que podem ser assim resumidos: os processos de identificação e de integração social dos retardados exercem a maior influência na personalidade desses indivíduos, se levados em conta os princípios da *normalização* e da *mainstreaming*.

A tendência *integradora* e a perspectiva *multidisciplinar* estão implícitas nas tarefas ligadas ao retardado.

O conceito sociológico do retardado deve ser destacado (competência social, conduta adaptativa, independência de hábitos e padrões de comportamentos aceitáveis), enquanto deve ser dada uma importância apenas relativa aos fatores causais e às apreciações prognósticas, devido ao destaque negativo e à imagem desvalorizada que a importância a esses fatores pode despertar no meio em que ele vive.

Atitudes mais realistas e humanas, maior preocupação com a pessoa do retardado do que com o próprio retardamento, preocupação com a adaptação e a reabilitação, superação dos preconceitos ligados à terminologia clássica (com forte carga semântica negativa), os quais, por vezes, são mais prejudiciais do que o próprio retardamento, e maior preocupação com os êxitos e eficiências do que com os fracassos e deficiências, tudo isso formaria uma nova diretriz básica na política relativa ao retardado mental. O sistema escolar é considerado como o campo mais propício e o ponto de partida para uma política de saúde dessa natureza, que deve visar à efetiva participação do retardado como membro atuante da sociedade. A própria formulação diagnóstica deve obedecer a normas que estejam de acordo com a declaração da National Association for Retarded Child, de 1974, transcrita no trabalho. A educação especial é colocada no contexto da educação geral, da qual aquela é parte integrante, obedecendo a princípios que, de um lado, defendem a integridade, as capacidades e o poder de consciência dessas crianças (apoiadas, também, numa filosofia que inclui fundamentos éticos, valores sociais e axiomas científicos) e, de outro, destacam o papel da sociedade, cuja ação concomitante é tida como indispensável.

Ao final, a autora tira conclusões sobre os aspectos da educação especial no panorama de educação brasileira, referindo-se particularmente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e ao Plano Setorial de Educação e Cultura, que determinam a inserção da educação especial no sistema geral do ensino, visando à integração dos excepcionais na comunidade. São citadas instituições residenciais, programas de atendimento escolar, escolas especiais (com classes especiais, comuns e de recursos), oficinas pedagógicas, serviços de diagnóstico e orientação, oficinas protegidas, clubes, etc., como organismos cuja participação na tarefa geral ligada à criança retardada é detalhadamente salientada.

Alentada e atualizada bibliografia fecha essa importante contribuição da Prof. Aidyl M. de Queiroz Pérez Ramos ao progresso da assistência e da política ligadas à criança com retardamento mental.

É obra digna da maior divulgação entre os estudiosos do assunto.

ELSO ARRUDA